

## RELATÓRIO FINAL

### I. TRÂMITES PROCESSUAIS

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou o presente processo disciplinar contra o corredor **xxx, com a licença n.º x da equipa x**, tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela viciação da amostra recolhida no dia 10/06/2009, em controlo realizado fora de competição, com o código x

Para instrutor do processo, a UVP/FPC nomeou o Dr. Tito Crespo.

No âmbito do referido processo, foi realizado o presente inquérito (v. artigo 15º, do Regulamento de Controlo Antidopagem da UVP/FPC, adiante RCA-UVP/FPC), durante o qual se enviou a nota de culpa ao Arguido e se procedeu, *inter alia*, à sua audição.

O Arguido não respondeu à nota de culpa, nem apresentou qualquer requerimento probatório.

Aquando da sua inquirição, confessou imediatamente a prática dos factos que lhe eram imputados e mostrou-se arrependido. Disse, em suma, que recorreu à viciação da amostra por temer que o resultado da análise fosse positivo, em virtude de ter tomado comprimidos de "Ripped Fuel", que têm na sua composição efedrina e cafeína. Adiantou que recorreu à toma deste produto com o único intuito de emagrecer e que o mesmo foi adquirido pelo próprio, sem o conhecimento do médico da equipa. Esclareceu que a decisão de viciar a amostra foi tomada em conjunto com um amigo com quem se encontrava quando soube que ia ser controlado, e que foi este quem lhe forneceu a urina que transportou dentro da garrafa e despejou no colector. Recusou-se a identificar esta pessoa.

Posto isto, cumpre apenas analisar se o Arguido praticou, ou não, algum acto ilícito, consubstanciado na viciação de amostra no controlo antidopagem.

Inexistem quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer (nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento do Conselho Disciplinar), pelo que, concluída a instrução, cumpre apreciar.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

Com base no Relatório da Acção de Controlo de Dopagem e na confissão do Arguido, considera-se provado que este encheu o colector com urina que não lhe pertencia e que trazia numa garrafa que estava presa aos calções (v. fls. 9 a 13 e 18 e 19). Desta forma, concluímos que o Arguido viciou a amostra do controlo antidopagem com o código de processo "Notório".

Este facto consubstancia uma infracção ao disposto no artigo 8º do Decreto-Lei n.º183/97, de 26 de Julho, sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1º, C), do Anexo IV, do RCA-UVP/FPC. Nos termos desta norma, tratando-se da primeira infracção, a sanção equivalerá à desqualificação e suspensão de seis meses a dois anos.

## III. CONCLUSÃO

A medida da pena deve ser determinada em função da culpa do agente e das exigências de prevenção.

No caso concreto, o Arguido, ao despejar para o colector urina que sabia não ser sua, teve intenção específica de viciar o resultado da amostra. E, com isto, pretendeu sair incólume da circunstância de ter tomado substâncias que sabia serem proibidas. Pelo que, tudo visto, não restarão dúvidas que o Arguido agiu consciente e deliberadamente, e que a sua conduta terá, necessariamente, de ser qualificada como dolosa.

A favor do Arguido, deve ser invocado o facto do mesmo ter confessado de imediato a infracção e se ter mostrado verdadeiramente arrependido. Será ainda de ponderar na medida da pena a circunstância deste ser primário e de não ser um ciclista profissional.

Assim sendo, considerando quanto acima se expôs, nos termos do artigo 19º, do RCA-

P.22

UVP/FPC, e do artigo 1º, C), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, propomos a aplicação ao Arguido da seguinte sanção:

- Quinze meses de suspensão (Início: 18.06.2009; Termo: 18.09.2010).

Lisboa, 14 de Agosto de 2009

O Instrutor,





# UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO

Processo n.º03/09

## DECISÃO EM PROCESSO DISCIPLINAR

A União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou, em 18.06.2009, contra o ciclista xxx processo disciplinar, no seguimento de uma participação efectuada pelo CNAD, nos termos da qual, o Arguido teria cometido a infracção de viciação de amostra no controlo antidopagem, prevista no artigo 8º, do Decreto-Lei n.º183/97 de 26 Julho (v. fls 6 e ss do Processo Disciplinar).

No termo da instrução do presente processo foi elaborado relatório final (v. fls. 20 a 22 do Processo Disciplinar) que se subscreve na totalidade e para o qual se remete, passando o referido relatório a fazer integrante da presente decisão.

De acordo com o relatório final de inquérito, a conduta do Arguido consubstancia uma infracção ao disposto no artigo 8º do Decreto-Lei n.º183/97, de 26 de Julho, sendo aplicáveis ao caso as sanções previstas no artigo 1º, C), do Anexo IV, do RCA-UVP/FPC. Nos termos desta norma, tratando-se da primeira infracção, a sanção equivalerá à desqualificação e suspensão de seis meses a dois anos.

UTILIDADE  
PÚBLICA  
23-12-1927

UTILIDADE  
PÚBLICA  
DESPORTIVA  
07-10-1994



Assim, nos termos do artigo 19º, do RCA-UVP/FPC, e do artigo 1º, C), do Anexo IV, ao mencionado regulamento, decide-se aplicar ao Arguido a seguinte sanção:



- Quinze meses de suspensão (Início: 18.06.2009; Termo: 18.09.2010).



Notifique-se a decisão ao Arguido, juntando-se em anexo o Relatório Final de Inquérito..



Lisboa, 9 de Outubro de 2009

O Conselho Disciplinar,

*[Handwritten signatures]*  
Miguel Sousa Gouveia

*[Handwritten signature]*  
João Pedro Antunes

